

**Licenciatura
2015-2016**

DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO (NOITE)

REGÊNCIA: PROFª DOUTORA CARLA AMADO GOMES

Apresentação

A disciplina pretende fornecer as bases teóricas de compreensão do sistema de contencioso administrativo português

Programa

Capítulo I.

Breve história recente da Justiça Administrativa em Portugal

1. A evolução (decisiva) da matriz constitucional
2. O conformação ao Direito da União Europeia

Capítulo II.

Os traços principais da reforma processual de 2002/2004 e da revisão de 2015

1. 2002/2004: plenitude, complexidade e subjectivização
2. 2014/2015: aproximação ao Processo Civil

Capítulo III.

A jurisdição dos tribunais administrativos

§1º. O âmbito de jurisdição dos tribunais administrativos

- 1.1. Delimitação positiva
- 1.2. Delimitação negativa
- 1.3. Descaracterização do contencioso administrativo como foro das relações jurídicas administrativas?

§2º. A distribuição de competência pelas três instâncias de tribunais administrativos

§3º. Os critérios de atribuição da competência

Capítulo IV.

A legitimidade no processo administrativo

§1º. Legitimidade processual e interesse em agir

§2º. Legitimidade individual, pública e popular

- 2.1. Em especial sobre a legitimidade popular - articulação entre o CPTA e a Lei 83/95, de 31 de Agosto

§3º. Legitimidade de pessoas colectivas

§4º. Legitimidade de particulares

§5º. Litisconsórcio, coligação e intervenção de terceiros

§6º. A representação do Estado em juízo

Capítulo V.

A acção administrativa

§1º. A acção administrativa: de uma “bipolaridade imperfeita” para uma “matriz unitária atenuada” (Sérvulo Correia)

§2º. As acções não urgentes:

- 2.1. Acções sobre actos
- 2.2. Acções sobre regulamentos
- 2.3. Acções sobre contratos
- 2.4. Acções sobre comportamentos
- 2.5. Acções sobre prestações indemnizatórias e compensatórias (remissão)

§3º. O respeito pelas “livres valorações inerentes à actividade administrativa”

§4º. As alterações objectivas da instância

§5º. As acções urgentes (remissão)

Capítulo VI.

Tutela jurisdicional efectiva e agilização processual

§1º. A extensão dos efeitos do caso julgado:

- 1.1. Nos processos em massa (artigo 48º do CPTA)
- 1.2. Nos casos de defesa de interesses individuais homogéneos (artigo 16º da Lei 83/95, de 31 de Agosto)
- 1.3. Nos casos de repetição de julgado (artigo 161º do CPTA)

§2º. O contencioso sobre procedimentos de massa (artigo 99º do CPTA)

§3º. A harmonização de jurisprudência (remissão parcial quanto à uniformização resolutiva)

§4º. O mecanismo do artigo 121º do CPTA

§5º. A fundamentação por remissão (artigo 94º/5 do CPTA)

Capítulo VII.

O contencioso dos direitos fundamentais

§1º A intimação para consulta de documentos e passagem de certidões – articulação com a Lei de acesso à informação administrativa (geral e ambiental)

§2º. A intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias

Capítulo VIII.
A justiça cautelar administrativa

§1º. O “numerus apertus” do artigo 112º do CPTA

- 1.1. Providências especificadas e não especificadas. Em especial, a suspensão de eficácia
- 1.2. Os critérios de concessão da(s) providência(s)
- 1.3. O decretamento provisório da providência

Capítulo IX.
O contencioso da responsabilidade civil extracontratual do Estado

§1º. A jurisdição administrativa como jurisdição comum das acções de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (e equiparadas)

§2º. Em especial, a acção para efectivação de responsabilidade civil extracontratual por facto da função administrativa

- 2.1. A competência
- 2.2. A legitimidade
 - 2.2.1. O mecanismo do artigo 8º/4 da Lei 67/2007, de 31 de Dezembro
 - 2.2.2. Os casos de litisconsórcio passivo entre Administração e particulares no âmbito do artigo 37º/3 do CPTA
- 2.3. A tempestividade
- 2.4. A articulação entre efectivação da responsabilidade e impugnação da validade de actos administrativos (artigo 38º do CPTA)

Capítulo X.
Os recursos

§1º. Os recursos ordinários

§2º. Os recursos extraordinários

Capítulo XI.
O processo executivo

§1º. A autonomização relativa do processo executivo administrativo em face do CPC

1. As execuções contra a Administração
2. As execuções contra particulares

§2º. O desdobraimento do processo executivo:

- 2.1. Execução para prestação de facto ou entrega de coisa
 - 2.1.1. O problema da infungibilidade da prestação
- 2.2. Execução para pagamento de quantia certa
- 2.3. Execução de sentença de anulação de actos administrativos

§3º. A invocação de “causas legítimas de inexecução”

- 3.1. A causa legítima
- 3.2. A causa ilegítima

Capítulo XII.
O renovado âmbito da arbitragem administrativa

§1º. Âmbito e limites da arbitragem no contencioso administrativo

Bibliografia selecionada

I. Obras de carácter geral

AA.VV., **Comentários à revisão do ETAF e CPTA**, coord. de Carla AMADO GOMES, Ana Fernanda NEVES e Tiago SERRÃO, Lisboa, 2016

AA.VV., **Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo**, coord. de Carla AMADO GOMES, Ana Fernanda NEVES e Tiago SERRÃO, 2ª ed., Lisboa, 2015

AA. VV., *Cadernos de Justiça Administrativa*, nº 106, 2014 – Número dedicado à revisão da legislação do contencioso administrativo de 2014/2015

AA.VV., **O anteprojecto de revisão do CPTA e do ETAF em debate**, coord. de Carla AMADO GOMES, Ana Fernanda NEVES e Tiago SERRÃO, Lisboa, 2014

AROSO DE ALMEIDA, Mário, **Manual de Processo Administrativo**, 2ª edição, Coimbra, 2015

AROSO DE ALMEIDA, Mário, e Carlos CADILHA, **Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos**, 3ª edição, Coimbra, 2010

SÉRVULO CORREIA, José Manuel, **Direito Processual Administrativo**, I, Lisboa, 2005

VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos, **A Justiça Administrativa (Lições)**, 14ª ed., Coimbra, 2015

II. Obras de carácter específico

AA. VV., **Arbitragem e Direito Público**, coord. de Carla AMADO GOMES, Domingos SOARES FARINHO e Ricardo PEDRO, Lisboa, 2015

AMADO GOMES, Carla,

- **Textos dispersos de Direito do Contencioso Administrativo**, Lisboa, 2009
- **Textos dispersos de Direito da Responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas**, Lisboa, 2010

AROSO DE ALMEIDA, Mário,

- **Tutela declarativa e executiva no contencioso administrativo português**, in *CJA*, nº 16, 1999, pp. 67 segs
- **Anulação de actos administrativos e relações jurídicas emergentes**, Coimbra, 2002

- **Sobre a legitimidade popular no contencioso administrativo**, in *CJA*, nº 101, pp. 50 segs

CADILHA, Carlos, **Os poderes de pronúncia jurisdicionais na acção de condenação à prática de acto devido e os limites funcionais da justiça administrativa**, in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Manuel Sérvulo Correia*, II, Lisboa, 2010, pp. 161 segs

CARVALHO, Ana Celeste, **O regime processual da nova acção administrativa: aproximações e distanciamentos ao Código do Processo Civil**, in *CJA*, nº 113, 2015, pp. 13 segs

COSTA, Maria Isabel F., **O Ministério Público no contencioso administrativo**, in *RMP*, nº 110, 2007, pp. 5 segs

CRESPO, Miguel Oliveira, **O recurso de revista no contencioso administrativo**, Coimbra, 2007

DIAS GARCIA, Maria da Glória, **Da justiça administrativa em Portugal. Sua origem e evolução**, Lisboa, 1994

DAVID, Sofia, **Das intimações. Considerações sobre uma (nova) tutela de urgência no Código de Processo nos Tribunais Administrativos**, Coimbra, 2005

ESTEVES DE OLIVEIRA, Mário, e Rodrigo ESTEVES DE OLIVEIRA, **Código de Processo nos Tribunais Administrativos – Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais - Anotados**, I, Coimbra, 2004

FERNANDEZ, Elizabeth, **Notas sobre a excepcionalidade da revista no processo administrativo**, in *CJA*, nº 60, 2006, pp. 18 segs

FONSECA, Isabel Celeste,

- **Introdução ao estudo sistemático da tutela cautelar no processo administrativo**, Coimbra, 2002
- **Dos novos processos urgentes no contencioso administrativo (Função e estrutura)**, Lisboa, 2004

FREITAS, Dinamene, **Unificação das formas de processo – alguns aspetos da tramitação da acção administrativa**, in *E-publica*, nº 2, 2014, disponível em <http://e-publica.pt/unificacaodasformas.html>

FREITAS DO AMARAL, Diogo, **Considerações sobre a reforma do contencioso administrativo**, in *CJA*, nº 22, 2000, pp. 3 segs

FREITAS DO AMARAL, Diogo e Mário AROSO DE ALMEIDA, **Grandes Linhas da Reforma do Contencioso Administrativo**, 3ª ed., Coimbra, 2004

GONÇALVES, Pedro, **A justiciabilidade dos litígios entre órgãos da mesma pessoa colectiva pública**, in *CJA*, nº 35, 2002, pp. 9 segs

HENRIQUES, Sofia, **A tutela cautelar não especificada no novo contencioso administrativo português**, Coimbra, 2006

MARQUES, Francisco Paes, **A efectividade da tutela de terceiros no contencioso administrativo**, Coimbra, 2007

MELO EGÍDIO, Mariana, **Discricionariedade judicial e interesse público no contencioso administrativo português**, in *Estudos em homenagem a Rui Machete*, coord. de Paulo OTERO, Carla AMADO GOMES e Tiago SERRÃO, Coimbra, 2015, pp. 645 segs

SERRÃO, Tiago, **O direito de regresso na responsabilidade administrativa**, Coimbra, 2015

SÉRVULO CORREIA, José Manuel,

- **A reforma do contencioso administrativo e as funções do Ministério Público**, in *Estudos em homenagem a Cunha Rodrigues*, Coimbra, 2001, pp. 295 segs
- **Contencioso administrativo e responsabilização democrática da Administração**, *Estudos em homenagem a J. L. Saldanha Sanches*, I, Coimbra, 2011, pp. 595 segs

PRATA ROQUE, Miguel, **Providências cautelares administrativas. O juiz nacional enquanto intérprete do direito processual europeu**, in *RMP*, nº 127, 2011, pp. 9 segs

RAIMUNDO, Miguel Assis, **Em busca das especificidades processuais das formas típicas de actuação (a propósito da eliminação da distinção Acção Comum – Acção Especial no CPTA)**, in *Julgar*, nº 26, 2015, pp. 121 segs

RAPOSO, João, **Contencioso contraordenacional e revisão do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais**, in *CJA*, nº 113, 2015, pp. 3 segs

REIS NOVAIS, Jorge, **“Direito, liberdade ou garantia”: uma noção constitucional imprestável na justiça administrativa?**, **Anotação ao Acórdão do TCA Sul de 6 de Junho de 2007**, in *CJA*, nº 73, 2009, pp. 48 segs

III. Links úteis

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_etaf_cpta.php - com indicações legislativas e doutrinárias (algumas online) sobre a reforma de 2015

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_cpa.php - com indicações legislativas e doutrinárias (algumas online) sobre o novo CPA (2015)

<http://www.dgsi.pt> - para acesso à jurisprudência do STA e dos TCA

Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito
Divisão Académica